

11 SET 1990 ESTADO DE SÃO PAULO

# Collor admite pagar atrasados aos credores

Em entrevista ao jornal **Financial Times**, o presidente fala em pagamento simbólico

PAULO SOTERO  
Correspondente

WASHINGTON — O presidente Fernando Collor afirmou na semana passada ao **Financial Times** que o Brasil “está discutindo” um possível pagamento simbólico aos bancos. A declaração de Collor, feita numa entrevista à correspondente no Rio de Janeiro, Cristina Lamb, e relatada na edição de ontem do diário londrino parece indicar uma mudança importante na atitude do governo em relação aos bancos credores. Da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ao presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, passando pelo negociador da dívida externa, Jório Dauster, a hipótese de o País vir a considerar um “token payment” vinha sendo sumariamente descartada como incompatível com a estratégia de negociação, que busca “uma solução permanente” para o problema.

As duas palavras entre aspas atribuídas ao presidente pelo **Financial Times** foram notadas ontem nos meios financeiros de Nova York. Elas podem explicar em parte a ausência de reações hostis dos bancos à decisão do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, de apoiar em princípio o programa econômico brasileiro sem condicioná-lo explicitamente à retomada do serviço da dívida externa, suspenso há mais de um ano.

Fontes oficiais e privadas indicaram ontem ao **Estado** que, na realidade, a decisão de Camdessus de apoiar o programa brasileiro é parte de um entendimento político mais amplo entre o governo e o Fundo. Impressionado com a determinação com que a administração Collor iniciou e vem executan-

do o programa de estabilização, Camdessus estava ansioso para contribuir para o seu sucesso e aceitou, assim, fazer o que o governo lhe pediu: endossou o programa com base em seus méritos sem insistir na inclusão, na carta de intenção, de um cronograma de pagamentos aos bancos, exigência que o FMI apresentara uma semana antes, em Brasília.

Agora, porém, é a vez do governo fazer a sua parte, por sua própria iniciativa. Assim, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, voltou a Brasília sabendo que a carta de intenção brasileira somente será submetida a uma votação da diretoria do Fundo na segunda quinzena de outubro, se até lá a política de garantias financeiras da instituição estiver atendida. Isso inclui o início das negociações com os bancos e o compromisso público de retomar os pagamentos da dívida numa data certa.

A política de garantias financeiras do Fundo foi revista e modificada em maio do ano passado e autoriza a instituição a apoiar países com pagamentos em atraso.

O governo já anunciou que começará os contatos com o comitê de bancos no mês que vem, o mais tardar, e pretende conduzir os entendimentos o mais rapidamente possível. Isso preenche a primeira exigência. Como não é realista esperar que, num par de reuniões, os dois lados conseguirão definir os contornos de um pacote, o governo estará sob enorme pressão para efetuar um pagamento simbólico de juros no momento em que se sentar à mesa com o comitê. A declaração de Collor ao **Financial Times** sugere a possibilidade de o governo antecipar-se à pressão, garantir o apoio do FMI e ganhar tempo para negociar com os bancos, para valer, no ano que vem, depois de acertar as contas com os credores oficiais, no Clube de Paris.

□ Mais informações sobre dívida externa na página 3